

IMIGRANTES NEGROS DOS PALOP AFRICANOS EM PORTUGAL: AUTO-PERCEPÇÕES E PERCEPÇÕES DE CARACTERÍSTICAS SÓCIO-PROFISSIONAIS*

Nelson Lima Santos

Universidade Fernando Pessoa

Luísa Faria

Universidade do Porto

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo comparativo e diferencial sobre as auto-percepções e percepções recíprocas de características sócio-profissionais (positivas e negativas) de trabalhadores brancos portugueses e de trabalhadores negros africanos, imigrantes dos países de língua oficial portuguesa (PALOP), com 200 sujeitos que residem e trabalham na área da Grande Lisboa, 100 de cada grupo étnico, de ambos os sexos e desempenhando maioritariamente funções de executante. Para tal, foi construído um questionário específico, administrado individual e colectivamente no local de trabalho dos sujeitos.

Os resultados obtidos são analisados, permitindo concluir que urge transformar e melhorar as condições sócio-laborais destes imigrantes – tornando mais céleres e transparentes as suas condições de legalização e de permanência em Portugal, responsabilizando os empregadores em particular e os cidadãos em geral pela denúncia de situações de exploração e de ilegalidade –, pois a res-

* Este artigo constitui uma versão revista e actualizada de um texto publicado em 2006 na revista brasileira *Paidéia*, vol. 16, n.º 34, pp. 181-192.

pectiva inclusão social deverá ser sinónimo de convivência e de respeito e não de assimilação.

ABSTRACT

This paper presents a comparative and differential study about the self-perceptions and the reciprocal perceptions of socio-professional characteristics (positive and negative) of White Portuguese workers and of Black African workers of countries of Portuguese expression (PALOP), near 200 workers from Lisbon and surroundings, 100 of each ethnic group, from both sexes. We build a specific questionnaire, collectively and individually administered in the subject's work place.

The results are analysed and allow one to conclude the need to transform and to improve the immigrants' socio-labour conditions, by making their conditions of legalization and of permanence in Portugal quicker and transparent, and also by promoting the responsibility of employers in particular, and of citizens in general for denouncing the situations of exploration and illegality, because their social inclusion should be a signal of conviviality and of respect instead of assimilation.

“Inquirido sobre a sua raça, respondeu:

- *A minha raça sou eu, João Passarinheiro.*

Convidado a explicar-se, acrescentou:

- *Minha raça sou eu mesmo. A pessoa é uma humanidade individual. Cada homem é uma raça, senhor polícia.”*

(Extracto das declarações do vendedor de pássaros, *in* Mia Couto, 1994).

1. INTRODUÇÃO

Os fenómenos migratórios, individuais ou colectivos, fazem parte da história da Humanidade, sempre na busca de uma vida melhor: e esta mobilidade sempre se fez acompanhar de oportunidades e ameaças, de vantagens e desvantagens, numa lógica conflitual característica dos processos de desenvolvimento dos Homens e das Sociedades.

No mundo contemporâneo, este fenómeno migratório diz respeito a todas as nações, se considerarmos tanto os países de onde se parte, como aqueles por onde se passa ou aonde se chega, tantas vezes por rotas de violência e miséria, para acabar em quadros de exclusão, fundados na nacionalidade, na origem étnica ou social.

Dito de outro modo, e segundo as palavras, feitas de eloquência vivida, de Ferreira de Castro (1977, pp. 5-6), nos fenómenos migratórios humanos “Os homens transitam do Norte para o Sul, de Leste para Oeste, de país para país, em busca de pão e de um futuro melhor. ... Mas, em todo o Mundo, ou em quase todo o Mundo, vão encontrar drama semelhante, porque semelhantes são as leis que regem o aglomerado humano. Não esmorecem, apesar disso. Continuam a transitar de olhos postos na luz que a sua imaginação acendeu ...”.

Esta breve citação do nosso emigrante-escritor parece manter, do nosso ponto de vista, toda a pertinência, pois o fenómeno da imigração mais do que se constituir como um dos temas da actualidade quotidiana e mediática, é um

dos problemas com consequências políticas, culturais, económicas e psicossociais mais profundas no continente Europeu, logo, também em Portugal.

Ora, sendo verdade que a história secular de Portugal se tem construído em torno de fenómenos de emigração, para vários continentes e para vários países, não podemos deixar de realçar que a revolução de 25 de Abril de 1974 e a posterior integração na Comunidade Europeia constituem dois momentos em que esta história começa a mudar, de tal modo que, segundo os dados de 2004 do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, actualmente teremos entre nós mais de quatrocentos e cinquenta mil imigrantes legais – residentes e com autorização de permanência (ACIME, 2005).

Portanto, o nosso país também não é alheio à referida problemática, debatendo-se com o fenómeno de imigração, oriunda não apenas das suas ex-colónias, mas também proveniente do leste Europeu, particularmente dos países do ex-bloco socialista: no entanto, Portugal é um dos países europeus com menor quantidade de imigrantes com expressão associativa significativa (Silva & Silva, 2002), talvez porque, segundo Baganha e Góis (1999, *in* Pires, 2002), é apenas a partir do início dos anos 80 que Portugal passa a ser um país de imigração e a confrontar-se com as correspondentes vantagens e desvantagens.

De facto, com o aumento destes fluxos migratórios, Portugal passa a enfrentar dois problemas: um de cariz quantitativo – o da integração de um grande número de indivíduos em determinadas regiões do país –, outro no plano qualitativo – o da inclusão social de pessoas cultural e religiosamente diferentes. Esta problemática pode gerar tensões e conflitos, nomeadamente porque largos estratos da população portuguesa ainda se debatem com fortes problemas económicos, que os colocam também na situação de emigrantes ou de desfavorecidos sócio-económica e culturalmente, podendo percepcionar os imigrantes como potenciais “usurpadores” de direitos e de privilégios até aí reservados às populações autóctones (Silva & Silva, 2002), entre os quais destacamos o direito ao trabalho.

Assim, parece-nos urgente e relevante efectuar estudos sobre as percepções que os imigrantes e os portugueses têm de si mesmos e uns dos outros, nomeadamente do ponto de vista sócio-profissional, pois este é um contexto que tende a ser propício à emergência de dificuldades de convivência, sobretudo porque o trabalho é um bem cada vez mais escasso no actual contexto sócio-económico: neste quadro, o presente trabalho visa apresentar um estudo comparativo e diferencial das características sócio-profissionais de trabalhadores brancos portugueses e de trabalhadores negros africanos, imigrantes dos países de língua oficial portuguesa (PALOP), características estas auto-percepcionadas e percebida reciprocamente por estes imigrantes e por portugueses brancos que trabalham com imigrantes negros.

Deste modo, pretende-se contribuir para clarificar as percepções sociais que ambos os grupos têm um do outro, no sentido de promover o desenvolvimento de mecanismos de facilitação da inclusão profissional, como instrumento impulsionador da inclusão sócio-económica e cultural dos imigrantes na sociedade que os acolhe, nomeadamente dos imigrantes africanos oriundos dos PALOP, que partilham com os portugueses um passado histórico, político, cultural e sócio-económico comum de vários séculos.

2. FLUXOS MIGRATÓRIOS DE AFRICANOS DOS PALOP PARA PORTUGAL

Após o 25 de Abril de 1974, verifica-se um aumento dos fluxos migratórios de africanos para Portugal, com particular incidência das ex-colónias, os quais apresentam perfis sociológicos muito diversos daqueles que caracterizavam os pequenos fluxos ocorridos na década anterior: enquanto os primeiros eram movidos essencialmente por objectivos educacionais e económicos, os segundos deslocam-se num contexto de mudanças políticas radicais, nomeadamente do contexto de guerra civil entre diferentes movimentos, partidos ou facções político-militares.

Na verdade, o fluxo migratório proveniente dos países africanos de expressão portuguesa tem vindo a acentuar-se nas últimas décadas porque, segundo Canta e Rosendo (1993: 142), nos anos setenta, “ ... [a] uma grave crise de mão-de-obra em Portugal, causada pela emigração portuguesa e pela participação de milhares de jovens na Guerra Colonial ... seguiu-se, após a independência destes países, ... um surto acrescido ... de imigrantes clandestinos, de mulheres, irmãos e filhos”, facto este que nos levará a explorar, embora brevemente, os contextos económicos, políticos e históricos dos países de origem e de destino.

Assim, na década de oitenta é possível verificar “a cristalização de um novo padrão migratório marcado pela consolidação do movimento social das migrações laborais, com origem em Cabo Verde, e o seu progressivo alargamento aos restantes PALOP ...”, bem como pela “persistência de migrações forçadas de menor amplitude envolvendo, sobretudo, refugiados vindos de Angola e de Moçambique” (Saint-Maurice, 1994: 126). Ou seja, na “sequência do movimento de Abril de 74 e da descolonização em África, há que frisar o regresso de milhares de portugueses residentes nas ex-colónias, e de imigrantes africanos que se fixam em Portugal” (Machado, 1997: 21).

Refira-se, também, que os PALOP africanos se situam ao nível de uma economia de subsistência, centrada na produção agrícola, com uma fraca produtividade e um subemprego ou desemprego evidentes, que têm conduzido a um aumento da dependência do trabalho assalariado e, sobretudo, ao êxodo rural: este quadro caracteriza-se pela falta de capacidade de absorção da mão-de-obra pelo mercado de trabalho, pelo ritmo lento da industrialização, pela pobreza dos meios de produção, pelo forte desemprego urbano e pela saída de mão-de-obra para o estrangeiro. E o processo de descolonização, as guerras e as políticas pós-coloniais, a par de características geográficas, climatéricas e a pobreza em recursos do meio rural, ainda fazem aumentar o número de indivíduos e de famílias que “fogem a contextos de mudança e instabilidade política e, particularmente, a situações de guerra, podendo por isso ser considerada como migração de refugiados” (Saint-Maurice & Pires, 1989, *in* Machado, 1997: 21). Contudo, é ainda de salientar que a situa-

ção dos africanos dos PALOP em Portugal pode ou não ser uma situação de imigração, contribuindo para esta falta de clarificação “os processos de descolonização que levaram à formação de retornos involuntários de nacionais portugueses de ascendência africana e seus descendentes.” (Pires, 2002: 250), pelo que nos parece oportuno caracterizar estes imigrantes.

3. CARACTERIZAÇÃO DOS IMIGRANTES NEGROS DOS PALOP AFRICANOS

3.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

É nas zonas periféricas da capital e de alguns centros urbanos a sul do país (Lisboa, Setúbal e Faro) que encontramos a maior parte da população africana dos PALOP: de acordo com Machado (1999), é em Lisboa, no Vale do Tejo, que os africanos dos PALOP permanecem em maior número. Com baixos recursos económicos, a maioria destes imigrantes “ocupam espaços urbanos e periféricos, geralmente degradados e marginalizados, que favorecem a ‘ghettização’ e o isolamento” (Colóquio da CGTP, *in* SOS Racismo, 1992: 46).

Esta “geografia de marginalidade” tem um impacto negativo na qualidade de vida, na segurança e na saúde pública dos seus habitantes, promovendo comportamentos desadaptados e anti-sociais em crianças, adolescentes e adultos (Simões, 2002): o papel do ambiente físico e da localização geográfica vai condicionar aspectos particulares da vida sócio-económica destas populações, afectando as redes de relações sociais e as auto-percepções e as percepções individuais e colectivas dos membros destes grupos, que se assumem como membros de uma “cidade oculta”, plena de degradação social, económica e individual, constituída à margem da “cidade pública” (Simões, 2002).

3.2. ENQUADRAMENTO FAMILIAR

A imigração de africanos dos PALOP não deixa de ser uma imigração de carácter familiar, ou melhor ainda, de “reunião familiar numa migração por

etapas” que, “para além de traduzir uma intenção de permanência longa, possibilita o estabelecimento de redes de suporte, reduzindo os custos da integração tanto no plano meramente instrumental, como nos domínios afectivo e simbólico” (Carlos *et al.*, 1991: 52). A título de exemplo, quanto a estes imigrantes dos PALOP, residentes em Portugal em 1981, os mesmos autores referem que cerca de “64% estavam integrados em núcleos familiares, compostos pelos cônjuges e filhos solteiros e, cerca de 8%, partilhavam o alojamento com três ou mais núcleos familiares e apenas cerca de 9% tinha imigrado sem filhos” (*op. cit.*: 52).

De salientar, ainda, que o perfil sócio-cultural das populações dos PALOP, nos domínios da estrutura familiar e das práticas de sociabilidade, lhes permite coabitar no mesmo alojamento, sobretudo num primeiro momento, com familiares mais afastados ou amigos, de tal modo que é entre estes “grupos de nacionalidades que surgem as mais altas percentagens de residentes em alojamentos com três e mais núcleos familiares” (Carlos *et al.*, 1991: 52): assim sendo, este panorama de falta de espaço pessoal e privado, em áreas habitacionais diminutas e degradadas, condiciona a construção da identidade do eu, pois a habitação constitui-se também como elemento estruturante do desenvolvimento sócio-emocional dos indivíduos.

3.3. CONDIÇÕES HABITACIONAIS

Numa situação de grande desfavorecimento, os imigrantes africanos dos PALOP habitam em “alojamentos móveis ou abarracados” (Carlos *et al.*, 1991: 54) e, apesar das diferenças sócio-culturais que revelam entre si, assiste-se a “uma tendência de concentração residencial das diferentes comunidades” (*op. cit.*: 54), de tal modo que no mesmo bairro encontramos cabo-verdianos, angolanos, moçambicanos, são-tomenses e guineenses. Ora, uma das principais causas desta “unidade” consiste no relacionamento e nos “laços de solidariedade” que estes imigrantes estabelecem entre si. Além disso, contribuem com incentivos à vinda de “patrícios” e conterrâneos, desenvolvendo ainda mecanismos de entreatajuda para a construção ou melhoramento das habitações. A habitação constitui, então, “um dos indicadores mais impor-

tantes, no aferimento das condições de vida destes imigrantes e, consequentemente, na determinação do processo de integração social" (*op. cit.*: 54).

A segregação de que são alvo provoca-lhes problemas inerentes a este modo de viver e de existir, problemas estes que são comuns à maioria das populações nas mesmas condições de habitação, independentemente da nacionalidade, cor ou religião: na verdade, a "ausência de infra-estruturas, de saneamento básico, etc., realça o facto, de que para a sociedade envolvente, estes núcleos habitacionais estão quase sempre conotados como centros de marginalidade e delinquência (...) [o que leva] ao desenvolvimento de sentimentos de rejeição, defesa e violência" (Colóquio CGTP, *in* SOS Racismo, 1992: 47).

As condições degradantes das habitações destas populações, quase sempre temporárias, mas também quase sempre definitivas, condicionam as relações dos indivíduos e também as suas percepções e o seu desenvolvimento global, afectando ainda as percepções que os outros têm acerca deles: ou seja, as condições de habitação, a par da falta de infra-estruturas como água canalizada, electricidade e saneamento básico, bem como uma envolvente da área habitacional, constituída por espaços mal aproveitados e degradados do ponto de vista ambiental, votados à marginalidade e à dependência, favorecem a emergência de comportamentos desadaptados e, até, anti-sociais (Simões, 2002).

3.4. NÍVEL DE ESCOLARIDADE

O nível de escolaridade constitui um recurso básico no processo de integração dos imigrantes africanos dos PALOP na sociedade de acolhimento, condicionando não só o tipo de inserção no mercado de trabalho, mas também a interacção com a população receptora, tanto no plano instrumental como no comunicacional.

A escolaridade permanece largamente insuficiente, apesar de no período da pós- independência dos PALOP africanos ter havido um esforço considerá-

vel de escolarização, o que permitiu a muitos jovens, sobretudo nos centros urbanos, completar o ensino secundário e, até, para alguns, aceder ao ensino superior. Contudo, estes jovens imigrantes, interessados em prosseguir um trajecto escolar em Portugal, acabam por se confrontar com canais estreitos, pois a oferta de ensino superior no país é recente, limitada e cobre apenas um leque restrito de áreas, ao que se junta o facto de as bolsas de estudo para estrangeiros serem sempre em número bastante inferior ao dos candidatos. A obtenção ou não de tais bolsas representa, para muitos, uma verdadeira “encruzilhada para vidas divergentes” (Machado, 1998: 13): os que as conseguem podem mais tarde regressar ou, até mesmo, permanecer no país onde estudaram como técnicos ou quadros superiores, enquanto que os não “contemplados são obrigados a dar por terminado o trajecto escolar, o que, na maioria dos casos, não corresponde aos projectos pessoais” (*op. cit.*: 13).

De salientar, ainda, que o insucesso escolar e as representações negativas da escola, com desistência precoce perante o fracasso, desresponsabilização pelos resultados da realização, sentimentos de desânimo e “abandono aprendido” (Graham, 1991, *in* Faria, 1998) são também alguns dos aspectos cruciais que caracterizam a vivência da escolaridade por parte de muitas crianças e adolescentes negros dos PALOP: assim, os padrões motivacionais de desistência destes indivíduos condicionam, negativamente, o seu investimento na escolaridade, como meio de transformação dos seus percursos individuais e sociais de vida.

No entanto, é de realçar a distinção entre os perfis de uma “migração atomizada e rejuvenescida, por um lado, e uma migração familiar e com grande peso de população adulta, por outro, contraste este que se caracteriza na dicotomia definida a partir de indicadores relativos à condição perante o trabalho e ao nível de qualificação” (Saint-Maurice, 1994: 131): com efeito, verifica-se que ao primeiro perfil corresponde um grande peso de estudantes, com níveis de qualificação intermédios, e ao segundo uma elevada proporção de população activa, com baixos níveis de qualificação.

3.5. NÍVEL SÓCIO-PROFISSIONAL

No que respeita ao trabalho, que é um dos indicadores mais importantes de integração, uma vez que o tipo de inserção no mercado de trabalho condiciona o acesso a condições de habitação e de vida, constata-se que “a generalidade dos activos está presente nos sectores com piores condições, mais baixas remunerações e com menores possibilidades de promoção” (Pimenta, *in* SOS Racismo, 1992: 52): muitos dos trabalhadores estão ligados ao sector da construção civil e obras públicas (indivíduos do sexo masculino), aos serviços pessoais ou domésticos (indivíduos do sexo feminino), aos restaurantes ou hotéis e ao pequeno comércio, sectores estes que também são os que mais recorrem à mão-de-obra clandestina, como forma de reduzir custos de produção – ora, a outra face desta situação, é que estes também são trabalhadores sem os direitos e regalias sociais e laborais que os deviam proteger.

Embora a maioria dos indivíduos dos PALOP africanos apresentem uma “falta de educação formal e de formação profissional”, a posição que ocupam no mercado de trabalho resulta, sobretudo, de factores de ordem social, designadamente do sistema de emprego, caracterizado por uma “crescente flexibilização das leis laborais e pela proliferação de formas atípicas de emprego” (*op. cit.*, p. 52): perante situações destas, a maioria dos trabalhadores africanos oriundos dos PALOP sujeita-se, sem alternativa, a uma permanente insegurança e precariedade nas condições de trabalho, o que não favorece de modo algum os seus sentimentos de pertença e de integração na sociedade portuguesa.

Em suma, muitos imigrantes africanos dos PALOP viveram “o confronto entre o mundo tradicional e o mundo urbano, entre os valores míticos da cultura camponesa e a fria racionalidade dos acontecimentos bélicos, caracterizados pela tecnologia sofisticada da guerra, o constante choque entre a harmonia gregária colectiva no seu habitat tradicional e a desordem caótica que a miséria e os desequilíbrios sociais provocaram nas margens urbanas e suburbanas.” (Leite, 1998: 41), sendo, contudo, na transição para um novo país, mais industrializado do que o país de origem, num novo espaço e num

novo continente, que procuram a reconstrução das identidades, ganhando novas referências e renegociando outras (Saint-Maurice, 1994).

4. GRUPOS MINORITÁRIOS E GRUPOS MAIORITÁRIOS

O termo “minoria”, segundo Fernandes (1995: 24), significa que “existe um subconjunto menor em número do que outros subconjuntos ou conjuntos, em que a maioria prevalece em número ou em poder”. Por sua vez, Moscovici (1979) considera que o termo minoria reflecte o impacto do indivíduo ou do sub-grupo sobre a opinião do grupo, que neste caso é menor.

Assim, as minorias podem ser percebidas como espaços ideológicos, realidades alienígenas, que se constituem como corpo estranho, ou, em sentido positivo, como grupos portadores de projectos futuros, podendo assumir-se, em termos qualitativos, como maiorias, se transformadas em grupos dominantes.

Em síntese, podemos considerar que as minorias constituem agrupamentos que não participam em pleno na vida social, cultural e política de um país, conforme pudemos observar a partir da análise de alguns indicadores sobre a população imigrante negra dos PALOP africanos, como as condições habitacionais, escolares e sócio-profissionais: na verdade, constatamos que na sociedade portuguesa lhes continuam a ser dificultadas as condições que poderiam evitar a formação de estereótipos e de preconceitos, que impedem as interacções positivas entre portugueses e imigrantes africanos dos PALOP, os quais se constituem assim como um grupo minoritário e fragilizado do ponto de vista sócio-económico e cultural.

4.1. CONCEITO DE ETNIA

Numa outra perspectiva, e de um ponto de vista étnico, o termo minoria tende a ser substituído pela expressão “grupo étnico”: assim, sabendo-se que a etnia pode ser definida como “um agrupamento de famílias numa área geográfica, cuja unidade assenta numa estrutura familiar, económica

e social comum e numa cultura comum” (Lello & Lello, 1988: 933), vemos, então, que “as etnias constituem-se de minorias que apresentam um certo grau de distanciamento em relação aos padrões normais de conduta” (Fernandes, 1995: 25). De facto, o grupo étnico é marcado por alguns traços característicos que o diferenciam do resto da população, principalmente quando possui uma cultura própria e uma religião específica, sendo também identificado por traços fisionómicos particulares, que fazem destes grupos “um mundo à parte, com o seu sistema de relações sociais e a sua vivência cultural.” (*op. cit.*: 25).

Já, segundo Monteiro (2002), o conceito de etnia apresenta uma variedade alargada de acepções para além do seu sentido original (oriundo do grego *ethnos*, que exprime a existência de povos ou grupos humanos diferentes): no entanto, o seu sentido mais coerente e uniforme é encontrado quando se aplica a grupos dominados, através do discurso dos grupos dominantes acerca de grupos de quem se querem distinguir e diferenciar. Geralmente, a utilização da designação etnia é para grupos não brancos, imigrados, de baixa condição social e com diferenças linguísticas e religiosas em relação ao grupo dominante.

Deste modo, concordamos com Monteiro (2002: 273-274) quando afirma, tal como outros investigadores sociais “... que o conceito de etnia é uma construção social semântica proposta pelos grupos dominantes ocidentais (cientistas e políticos), que foi reificada, institucionalizada e consensualmente adoptada pelo senso comum, correspondendo a um recorte de certas variações físicas, ideológicas ou comportamentais das comunidades humanas, socialmente dotadas de significado”. Refira-se, no entanto, que no contexto deste estudo o termo etnia será utilizado de forma indiferenciada, sendo aplicado a todo e qualquer grupo ou comunidade humana.

4.2. IDENTIDADE ÉTNICA

O conceito de *identidade étnica* desenvolve-se nos países de acolhimento através de processos de interacção social, a partir de percepções de grupo

que os nacionais têm acerca de certos grupos, que consideram diferentes, pobres e culturalmente atrasados, o que os leva a designá-los como etnias, ao contrário de outros grupos que são designados apenas como estrangeiros (Bastos & Bastos, 1999): talvez seja por isso que nunca falamos dos ingleses estabelecidos em Portugal, em número significativo, como etnia inglesa, embora falemos de etnia cigana ou cabo-verdiana (Monteiro, 2002).

A identidade étnica, ou o sentimento de pertença a um grupo, inclui não apenas o sentimento de compromisso e de partilha de valores e atitudes do grupo, mas também a avaliação do significado emocional da pertença a esse grupo para o indivíduo – auto-estima, orgulho, bem-estar, percepção de pertença ou desejo de pertencer a outro grupo (Monteiro, 2002): ora, o desenvolvimento desta identidade étnica depende não só de factores familiares, como os processos de socialização no seio da família, mas também de factores ambientais alargados, como o grupo étnico a que se pertence e a sociedade que acolhe. E no caso particular da sociedade que acolhe, esta pode evidenciar diversas formas de discriminação, nomeadamente económica, social e racial, e, por vezes, mesmo a inacessibilidade aos direitos sociais, políticos e religiosos para os grupos minoritários, gerando conflitos e sentimentos de culpabilidade social (Moscovici, 1979; Xavier de França & Monteiro, 2004).

5. ESTUDO COMPARATIVO DE CARACTERÍSTICAS SÓCIO-PROFISSIONAIS

Acabamos de verificar que “os grupos étnicos tanto servem para a tomada de uma consciência de identidade por parte do grupo, como para serem hostilizados pelos grupos que detêm o poder no espaço social onde agem” (*in* Dicionário de Sociologia, 2002: 183-184), portanto, será nesta linha que iremos apresentar um estudo diferencial, com carácter exploratório, sobre as características sócio-profissionais de trabalhadores negros africanos dos PALOP em Portugal, comparando-as com as de trabalhadores brancos portugueses, questionando trabalhadores de cada um dos referidos grupos.

Pretendemos, assim, identificar as principais diferenças percebidas por ambos os grupos – o grupo minoritário (trabalhadores negros africanos dos PALOP) e o grupo maioritário (trabalhadores brancos portugueses) – sobre características positivas e negativas dos respectivos indivíduos no plano sócio-profissional.

Na verdade, elegemos a área sócio-profissional, não só, porque esta se apresenta como uma das que possui maior visibilidade social e, até, pessoal, permitindo a observação directa dos comportamentos e dos desempenhos dos indivíduos, mas também porque o trabalho marca indelevelmente a identidade de cada indivíduo, sendo fonte de bem-estar, de reconhecimento e de transformação social.

5.1. CONTEXTO E OBJECTIVOS DO ESTUDO

O presente estudo foi efectuado na área metropolitana de Lisboa, por ser aí que existe uma maior concentração de trabalhadores imigrantes e, particularmente, por ser aí que a maioria dos imigrantes de etnia negra, oriundos dos PALOP africanos, começaram por se concentrar, desde há algumas dezenas de anos (Lima Santos & Faria, 2006).

O seu objectivo fundamental é o de explorar as características sócio-profissionais diferenciais (positivas e negativas) de trabalhadores brancos portugueses e de trabalhadores negros imigrantes dos PALOP africanos, questionando estes grupos acerca de características, positivas e negativas, dos trabalhadores brancos portugueses e dos trabalhadores negros imigrantes dos PALOP, bem como um grupo de portugueses brancos que trabalham com imigrantes negros acerca das mesmas características, também para ambos os grupos.

5.2. MÉTODO

5.2.1. AMOSTRA

A amostra é constituída por 200 sujeitos, trabalhadores de vários sectores de actividade, nomeadamente da construção civil, limpezas e pequeno

comércio, da região de Lisboa, distribuindo-se por quatro grupos distintos em função da etnia e do sexo: 50 mulheres e 50 homens de etnia branca e 50 mulheres e 50 homens de etnia negra (Quadro 1).

	Etnia					
	Branca			Negra		
Sexo	F	M	Total	F	M	Total
Idade						
Até 35 anos	45	33	78	40	35	75
36 a 50 anos	2	10	12	9	11	20
51 ou mais anos	3	7	10	1	4	5
Total	50	50	100	50	50	100
Nível de escolaridade						
Até 6º ano	2	4	6	3	4	7
7º ao 9º ano	1	7	8	10	6	16
10º ao 12º ano	24	15	39	20	15	35
Ensino superior	23	24	47	17	25	42
Total	50	50	100	50	50	100
Tipo de funções						
Executante	40	25	65	41	28	69
Técnico/ Chefia directa	8	17	25	4	14	18
Quadro superior/Gestor/ Empresário	2	8	10	5	8	13
Total	50	50	100	50	50	100

QUADRO 1. Caracterização sócio-demográfica da amostra

Assim, podemos verificar que a maioria dos participantes negros têm idades até aos 35 anos (75%), têm escolaridade entre o 10º e o 12º anos (35%) e o ensino superior (42%) e desempenham funções de executante (69%). Quanto aos participantes brancos, na sua maioria também têm idades até aos 35 anos (78%), têm escolaridade entre o 10º e o 12º ano (39%) e o ensino superior (47%) e desempenham funções de executante (65%). Ou seja, estamos perante duas sub-amostras, em função da etnia (branca vs. negra),

semelhantes do ponto de vista etário, sócio-cultural e sócio-profissional, com predominância de indivíduos jovens, com escolaridade média e superior e funções de executante, seguidas de funções de técnico/chefia directa. A semelhança entre as sub-amostras, do ponto de vista sócio-demográfico (sexo, idade, escolaridade e estatuto sócio-profissional), permite uma adequada comparação das opiniões baseada em critérios de etnia, pois esta é a única variável individual que distingue os sujeitos entre si.

5.2.2. INSTRUMENTO E PROCEDIMENTO

O instrumento utilizado foi concebido especificamente para este estudo. Trata-se de um questionário construído a partir da realização prévia de doze entrevistas, que foram realizadas com dois grupos distintos: um grupo de seis indivíduos de etnia branca (portugueses), que trabalhavam com indivíduos de etnia negra, imigrantes dos PALOP africanos, e outro grupo de seis indivíduos de etnia negra, imigrantes dos PALOP africanos, que lidavam no seu local de trabalho com indivíduos portugueses de etnia branca.

Assim, este questionário foi elaborado a partir da análise de conteúdo das entrevistas, sendo constituído por nove questões, das quais cinco são fechadas, compreendendo aspectos de caracterização sócio-demográfica (sexo, etnia, idade, nível de escolaridade e tipo de função desempenhada), e quatro são questões abertas, com o objectivo de conhecer as percepções dos inquiridos acerca das características sócio-profissionais (positivas e negativas) dos trabalhadores brancos portugueses e dos trabalhadores imigrantes negros dos PALOP africanos. Saliente-se ainda que, neste tipo de investigações, a utilização de questões abertas é útil porque permite realizar uma análise exploratória das características que surgem com maior frequência, o que poderá facilitar, no futuro, a construção de formas de avaliação mais apuradas (Lima Santos, 1998).

O referido questionário foi administrado nos locais de trabalho dos indivíduos, após autorização dos respectivos responsáveis, de forma individual ou colectiva, de acordo com as circunstâncias. Os sujeitos foram informados dos objectivos do estudo, da confidencialidade e anonimato das respostas,

bem como do carácter voluntário da sua participação. Após a sua anuência, foram transmitidas oralmente as instruções, não tendo surgido quaisquer dúvidas no preenchimento do questionário, o que demorou, em média, cerca de 10 minutos.

5.3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente, as respostas às questões abertas foram codificadas e submetidas a análises de conteúdo por categorias, em que a unidade de contexto foi o carácter “positivo” ou “negativo” das características sócio-profissionais dos trabalhadores brancos portugueses e dos trabalhadores negros imigrantes dos PALOP africanos.

Quanto ao processo de contagem, utilizou-se a *frequência*, isto é, o número de vezes que surge a unidade de registo – a *palavra* –, sendo as frequências apresentadas de acordo com a etnia dos inquiridos (branca vs. negra). Apenas serão apresentadas as unidades de registo que possuem frequências iguais ou superiores a 5 respostas (ou seja, 5% das sub-amostras em função da etnia), considerando-se apenas uma resposta (a primeira) por cada pergunta. As unidades de registo com frequências inferiores a 5 foram agrupadas segundo a designação “outras”.

Então, nos quadros 2 a 5, vamos apresentar os resultados das respectivas análises de conteúdo por categorias, em torno dos quais teceremos breves reflexões.

Assim, no Quadro 2 podemos observar as percepções das características sócio-profissionais positivas dos trabalhadores brancos portugueses, mencionadas pelos indivíduos de ambas as etnias (branca vs. negra), que se apresentam semelhantes, pois as características “responsável” e “honesto” surgem referidas nos dois primeiros lugares por ambos os grupos, invertendo-se apenas a sua posição em função da etnia, apresentando-se a característica “responsável” como a mais importante para os brancos e a característica “honesto” como a mais importante para os negros. Refira-se ainda

que as características “dedicado” e “eficiente” surgem, em ambos os grupos, com frequências sensivelmente idênticas, enquanto que as características “competente” e “profissional” são, respectivamente, as terceiras mais valorizadas pelos trabalhadores brancos e pelos trabalhadores negros. Entre as percepções de características referidas com maior frequência, a de “cumpridor” é citada apenas pelos brancos e a de “trabalhador” é apenas citada pelos negros, enquanto que a característica “empenhado” é mais valorizada pela etnia branca e a característica “pontual” é mais valorizada pela etnia negra. Ou seja, de um modo geral, podemos concluir que não se observam diferenças nas percepções de características positivas dos trabalhadores brancos portugueses mencionadas por ambas as etnias, se exceptuarmos a diferente valorização do empenho (pela etnia branca) e da pontualidade (pela etnia negra).

Características positivas	Etnia Branca		Características positivas	Etnia Negra	
	N	%		N	%
Responsável	26	26	Honesto	28	28
Honesto	16	16	Responsável	13	13
Competente	13	13	Profissional	12	12
Empenhado	11	11	Pontual	10	10
Cumpridor	6	6	Dedicado	8	8
Dedicado	6	6	Eficiente	7	7
Eficiente	6	6	Trabalhador	7	7
Profissional	6	6	Competente	6	6
“Outras” (Polivalente, Persistente, Pontual, Leal e Tolerante)	10	10	“Outras” (Disciplinado, Polivalente, Qualificado e Empenhado)	9	9
Total	100	100	Total	100	100

QUADRO 2. Percepções de características sócio-profissionais positivas dos trabalhadores brancos portugueses em função da etnia

Quanto às percepções de características sócio-profissionais negativas dos mesmos trabalhadores (Quadro 3), a característica “preguiçoso” apresenta-se

como a mais importante para a etnia branca, seguida da característica “irresponsável”, enquanto que para a etnia negra a de “desonesto” apresenta-se em primeiro lugar, logo seguida da característica “irresponsável”, tal como aconteceu para a etnia branca. Assim, as características “preguiçoso”, “irresponsável” e “desonesto” surgem citadas por ambas as etnias de forma significativa. Já as características “desleixado”, “pouco pontual” e “excesso de ambição” surgem em ambos os grupos, mas com frequências muito diferentes, sendo mais valorizada a primeira pelos brancos e as duas seguintes pelos negros. Entre as percepções das características referidas com maior frequência, as de “desmotivado” e de “incompetente” só são citadas pelos trabalhadores brancos e a característica “desqualificado” apenas é citada pelos trabalhadores negros.

Características negativas	Etnia Branca		Características negativas	Etnia Negra	
	N	%		N	%
Preguiçoso	24	24	Desonesto	23	23
Irresponsável	18	18	Irresponsável	18	18
Desleixado	15	15	Preguiçoso	15	15
Desonesto	12	12	Desqualificado	14	14
Desmotivado	10	10	Pouco pontual	12	12
Incompetente	10	10	Excesso de ambição	10	10
“Outras” (Excesso de Ambição, Pouco Pontual, Pouco Empenhado e Pouco Profissional)	11	11	“Outras” (Desinteressado, Desleixado, Conflituoso, e Desobediente)	8	8
Total	100	100	Total	100	100

QUADRO 3. Percepções de características sócio-profissionais negativas dos trabalhadores brancos portugueses em função da etnia

Em suma, podemos também afirmar que as percepções de características sócio-profissionais negativas dos trabalhadores brancos portugueses, apresentadas por ambas as etnias, são globalmente semelhantes, embora se possa observar uma tendência para a etnia negra valorizar mais aspectos relacionados com o cumprimento de horários, observada quer nas carac-

terísticas positivas com a valorização da característica “pontual”, quer nas características negativas com a valorização de “pouco pontual”.

Vejamos, agora, o que se refere às percepções de características sócio-profissionais positivas dos trabalhadores imigrantes negros dos PALOP africanos. No Quadro 4 podemos observar que as características “trabalhador” e “responsável” surgem referidas nos primeiro e segundo lugares pelos trabalhadores brancos, enquanto que para os trabalhadores negros são as características “honesto” e “trabalhador” que surgem no primeiro e segundo lugares. Ou seja, verifica-se que a característica “trabalhador” está presente em ambos os grupos com uma expressão semelhante, sendo de salientar que as características “responsável” e “honesto” já tinham sido apresentadas por ambos os grupos para as características positivas dos trabalhadores brancos portugueses (Quadro 2).

Por sua vez, a percepção da característica “resistente” apresenta-se citada por ambas as etnias, embora surja referida em terceiro lugar pela etnia branca e em sexto lugar pela etnia negra, demonstrando que este aspecto é percebido como particularmente importante para os trabalhadores imigrantes, talvez devido às duras e difíceis condições de trabalho que enfrentam, mais acentuadas do que para a grande maioria dos trabalhadores. A este propósito, queremos salientar que muitos dos trabalhadores imigrantes dos PALOP desempenham tarefas laborais nos sectores com piores condições, com mais baixas remunerações e com menores possibilidades de promoção, mesmo quando possuem escolaridade acima da média.

As percepções das características positivas “alegre”, “simpático”, “esforçado” e “disponível” são citadas pelos trabalhadores brancos, com frequências sensivelmente iguais, e referem-se a qualidades pessoais e de temperamento, mais do que profissionais, enquanto que os trabalhadores negros referem características profissionais, como “profissional” e “empenhado”, e pessoais como “obediente” e “ambicioso”.

Características positivas	Etnia Branca		Características positivas	Etnia Negra	
	N	%		N	%
Trabalhador	22	22	Honesto	21	21
Responsável	17	17	Trabalhador	18	18
Resistente	13	13	Profissional	14	14
Alegre	11	11	Obediente	12	12
Simpático	10	10	Ambicioso	10	10
Esforado	9	9	Resistente	9	9
Disponível	8	8	Empenhado	7	7
“Outras” (Submisso, Força de Vontade, Empenhado e Profissional)	10	10	“Outras” (Dedicado, Sincero, Respeitador e Pontual)	9	9
Total	100	100	Total	100	100

QUADRO 4. Percepções de características sócio-profissionais positivas dos trabalhadores imigrantes negros dos PALOP africanos em função da etnia

Saliente-se, ainda, que os trabalhadores brancos apontam a característica “submisso”, classificada na categoria “outras”, logo, com baixa frequência, enquanto que a característica “obediente” surge citada em quarto lugar pelos trabalhadores negros: este aspecto da personalidade dos imigrantes, a par da resistência e do empenho/esforço, qualificam a luta diária dos trabalhadores imigrantes, pontuada por dificuldades económicas e sociais, que exigem esforços redobrados na luta pelos direitos sociais e laborais. E a obediência (e a submissão, embora com menor expressão e referida apenas pela etnia branca), é percebida como característica positiva, pela etnia negra, pois no quadro de profissões de baixo estatuto social esta característica é muito valorizada no desempenho de tarefas rotineiras e repetitivas, em que não se exige planeamento autónomo e criatividade, o que marca as vivências destes imigrantes e a sua acção nos mais variados contextos de existência.

Finalmente, no Quadro 5, apresentam-se as percepções de características sócio-profissionais negativas dos trabalhadores imigrantes negros dos PALOP africanos em função da etnia. Assim, para a etnia branca a característica “irresponsável” surge em primeiro lugar, seguida da característica

“desqualificado”, enquanto que para a etnia negra surge em primeiro lugar a característica “pouco pontual”, seguida da característica “desonesto”. Por sua vez, as percepções das características “desqualificado”, “preguiçoso” e “submisso” são referidas por ambos os grupos entre as mais importantes, embora com pequenas variações na frequência. As características “lento” e “discriminado” são referidas apenas pela etnia branca no quadro das que apresentam maior frequência, enquanto que as características “pouco pontual”, “desonesto” e “desmotivado” são referidas apenas pela etnia negra.

Ora, tal como referimos nas análises anteriores, voltam a surgir aspectos relacionados com a pontualidade e a submissão, esta última agora de forma mais evidente, parecendo caracterizar as vivências sócio-laborais dos imigrantes negros dos PALOP, a par da característica “preguiçoso”, que já tinha surgido para os trabalhadores brancos portugueses.

Em suma, as diferenças nas percepções de características sócio-laborais entre trabalhadores brancos portugueses e trabalhadores imigrantes negros dos PALOP africanos, surgem para a característica positiva “resistente”, referida apenas para os imigrantes, e para a valorização, pela etnia negra, de características ligadas à obediência, submissão e pontualidade, que se ligam aos aspectos e condições particulares do desempenho das suas profissões, as quais são vivenciadas de forma mais profunda pelos trabalhadores imigrantes negros do que pelos trabalhadores brancos, reflectindo, provavelmente, a sua precária e frágil situação profissional e social.

Características negativas	Etnia Branca		Características negativas	Etnia Negra	
	N	%		N	%
Irresponsável	25	25	Pouco pontual	26	26
Desqualificado	19	19	Desonesto	16	16
Preguiçoso	15	15	Preguiçoso	15	15
Submisso	14	14	Desqualificado	13	13
Lento	10	10	Submisso	11	11
Discriminado	9	9	Desmotivado	10	10
“Outras” (Explorado, Pouco Profissional e Acomodado)	8	8	“Outras” (Conflituoso, Desistente, Irresponsável e Indolente)	9	9
Total	100	100	Total	100	100

QUADRO 5. Percepções de características sócio-profissionais negativas dos trabalhadores imigrantes negros dos PALOP africanos em função da etnia

6. CONCLUSÃO

O presente trabalho apresentou um estudo comparativo e diferencial das características sócio-profissionais – positivas e negativas – dos trabalhadores brancos portugueses e dos trabalhadores negros africanos, imigrantes dos países de língua oficial portuguesa, características estas percebidas por estes imigrantes e por portugueses brancos que trabalham com imigrantes negros, junto de uma amostra de 200 sujeitos que residem e trabalham na Grande Lisboa, 100 de etnia branca e 100 de etnia negra, de ambos os sexos, com idades predominantemente inferiores a 35 anos, com escolaridade entre o ensino secundário e o ensino superior e desempenhando maioritariamente funções de executante. Para tal, foi construído um questionário específico (a partir de um conjunto de entrevistas), que foi administrado individual e colectivamente no local de trabalho dos sujeitos.

Com este estudo pretendia-se contribuir para clarificar as percepções sociais que ambos os grupos têm uns dos outros, no sentido de promover o desenvolvimento de mecanismos de facilitação da inclusão sócio-económica e cultural dos imigrantes na sociedade que os acolhe, nomeadamente dos

imigrantes africanos oriundos dos PALOP, que partilham com os portugueses um passado histórico, político, cultural e sócio-económico comum de vários séculos.

Os resultados obtidos, a partir da análise da situação sócio-económica dos imigrantes negros dos PALOP africanos em Portugal, bem como das percepções de características sócio-laborais positivas e negativas dos trabalhadores brancos portugueses e desses imigrantes, permitem concluir que urge transformar as condições sócio-laborais dos imigrantes, tornando mais céleres e transparentes as condições de legalização e de permanência em Portugal, responsabilizando os empregadores e os cidadãos em geral pela denúncia de situações de exploração e de ilegalidade.

Necessitamos, como afirma Checa (2002, pp. 113-114), “de ‘uma educação intercultural’ como proposta de integração, que projecte uma mudança de atitudes e fomente a tolerância, tanto na maioria autóctone como nas minorias imigradas. Há que evitar o *etnocentrismo*, que de alguma maneira todas as culturas sentiram ao longo da sua história ... [pois] é preciso reeducar para a convivência tolerante, para o respeito mútuo, para a igualdade e a dignidade culturais. Integração social deverá ser sinónimo de convivência e de respeito e não de assimilação”.

Deste ponto de vista, e para finalizar, deixamos uma mensagem, que se pretende de esperança e de reconciliação, veiculada através do mito de origem do português moçambicano.

Lhe conto uma história. Me contaram, é coisa antiga, dos tempos de Vasco da Gama. Dizem que havia, nesse tempo, um velho preto que andava pelas praias a apanhar destroços de navios. Recolhia restos de naufrágios e os enterrava. Acontece que uma dessas tábuas que ele espetou no chão ganhou raízes e reviveu em árvore. Pois, senhor inspector, eu sou essa árvore. Venho de uma tábua de outro mundo mas o meu chão é este, minhas raízes renasceram aqui. São estes pretos que todos os dias me semeiam. (Mia Couto, 1996: 48, in Leite, 1998).

Que os imigrantes negros dos PALOP africanos em Portugal possam um dia ter como seu um mito semelhante, renascendo aqui como cidadãos na plenitude dos seus direitos e, fundamentalmente, como pessoas felizes e realizadas, isto é, como Cidadãos de facto e de direito da sociedade portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (2005). *Estatísticas da imigração*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

BASTOS, J. G. P., & BASTOS, S. P. (1999). *Portugal multicultural*. Lisboa: Edições Fim de Século.

CANTA, C., & ROSENDO, V. N. (1993). Associativismo cabo-verdiano em Portugal: Estudo de caso da Associação Cabo-Verdiana em Lisboa. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 13, 135-152.

CARLOS, L. P., ESTEVES, M. C., FRANCO, V., GOMES, T. F., GUIBENTIF, P. PIRES, R. P., & SAINT-MAURICE, A. (1991). *Portugal. País de imigração*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

CHECA, F. (2002). Los inmigrados: La discriminación y exclusión diseñada. *Antropológicas*, 6, 87-119.

COUTO, MIA (1994). *Cada homem é uma raça*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, 3ª Edição.

DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA (2002, Coord. R. L. Maia). Porto: Porto Editora, Lda.

FARIA, L. (1998). *Desenvolvimento diferencial das concepções pessoais de inteligência durante a adolescência*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian & Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

FERNANDES, A. T. (1995). Etnicização e racização no processo de exclusão social. *Sociologia*, 1(V), 7-35.

FERREIRA DE CASTRO, J. A. (1977). *Obras de Ferreira de Castro*. Porto: Lello & Irmão Editores, vol. 1.

LEITE, A. M. (1998). *Oralidades & escritas nas literaturas africanas*. Lisboa: Edições Colibri.

LELLO, E., & LELLO, J. (1988). *Lello universal*. Porto: Lello & Irmãos Editores, vol. 1.

- LIMA SANTOS, N.** (1998). Representações sociais da identidade nacional dos portugueses. In S. Castillo & V. P. da Rosa (Orgs.), *Pós-colonialismo e identidade*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- LIMA SANTOS, N. & FARIA, L.** (2006). Estudo comparativo sobre percepções de características sócio-profissionais de trabalhadores em geral e de imigrantes negros dos PALOP africanos em Portugal. *Paidéia*, 16(34), 181-192.
- MACHADO, F. L.** (1997). Contornos e especificidades da imigração em Portugal. *Sociologia. Problemas e Práticas*, 24, 9-44.
- MACHADO, F. L.** (1998). Da Guiné-Bissau a Portugal: Luso-guineenses e imigrantes. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 26, 9-55.
- MACHADO, F. L.** (1999). Imigrantes e estrutura social. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 29, 52-75.
- MONTEIRO, M. B.** (2002). A construção da exclusão social nas relações interétnicas: Orientações teóricas e de investigação na perspectiva do desenvolvimento. *Psicologia*, XVI(2), 27 1-292.
- MOSCOVICI, S.** (1979). *Psychologie des minorités actives*. Paris: PUF. Pires, 5.
- (2002). A etnicização da imigração na imprensa portuguesa. *Antropológicas*, 6, 247-263.
- SAINT-MAURICE, A.** (1994). *Reconstrução das identidades no processo de emigração: A população cabo-verdiana residente em Portugal*. Tese de doutoramento no ISCTE. Lisboa: Edição da autora.
- SILVA, M. C., & SILVA, S.** (2002). Práticas e representações sociais face aos ciganos. O caso de Oleiros, Vila Verde. *Antropológicas*, 6, 57-86.
- SIMÕES, C.** (2002). Da privação sócio-económica à falência dos conceitos de suporte social e desenvolvimento: Reflexões para uma práxis interventiva. *Análise Psicológica*, 3(XX), 291-295.
- S.O.S. RACISMO** (1992). *Guia anti-racista*. Lisboa: Sodilivros.
- XAVIER DE FRANÇA, D., & MONTEIRO, B.** (2004). A expressão de formas indirectas de racismo na infância. *Análise Psicológica*, 4(XXII), 705-720.